Relatório e Contas 2020

VISAPRESS©

Lisboa, 8 de abril de 2021

Índice

Relatório de Gestão 3
Balanço 10
Demonstração dos Resultados por Naturezas 11
Demonstração dos Fluxos de Caixa 12
Demonstração das Alterações no Capital Próprio 13
Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural 15
Anexo 16
Certificação Legal das Contas 24
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 25

Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

Relatório de Gestão

1 - Introdução

Exmos. Cooperadores,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem o conselho de administração da Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, com sede social na Rua Joaquim António Aguiar, nº43, 2º Esquerdo, com um capital social de 60.000,00 euros submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão que expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2020.

O relatório de gestão contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 e conforme modelos de demonstrações financeiras constantes da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

A atividade económica em 2020 foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19, em que as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB.

As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade, nos quais a resposta de política – monetária, orçamental e prudencial – não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise. Sendo de destacar, como setores mais afetados o alojamento e restauração, transporte de passageiros e todas as diferentes atividades ligadas ao turismo.

Uma nota para a dívida pública, a qual atingiu em dezembro de 2020 a quantia da 270.408 milhões euros, correspondendo, de acordo com o Banco de Portugal, a um máximo histórico, decorrente do €aumento dos títulos de dívida, dos empréstimos e das responsabilidades em depósitos.

A retoma para o nível pré-pandemia deverá ser atingida no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Conselho de Administração

Principais indicadores económicos (%)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (e)
Produto interno bruto (PIB)	1,9	2,8	2,6	2,2	-7,6	3,9
Consumo privado	2,4	2,3	2,9	2,4	-6,8	3,9
Consumo público	0,8	0,2	0,7	0,7	0,4	4,9
Défice (% do PIB)	-2,1	-2,9	-0,5	-0,1	-7,3	-4,3
Taxa de desemprego	11,1	8,9	7,0	6,5	7,2	8,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,6	1,6	1,4	0,3	0,0	0,3

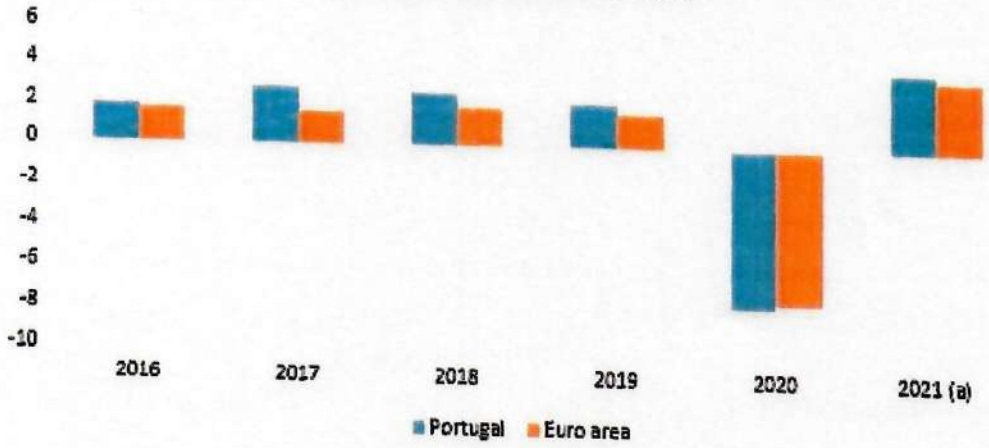
Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (e) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2020)

Apesar desta crise, o impacto no emprego será mais moderado devido às medidas de apoio. A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 7,2%, o que se traduz em cerca de 450 mil pessoas desempregadas.

Entre os estados-membros, no decorrer do ano 2020, Portugal situou-se ligeiramente acima da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas continuam a ser a de Espanha (15,7%) e da Grécia (16,8%), enquanto a República Checa (2,68%) apresenta a taxa mais baixa. Na zona Euro, a taxa de desemprego subiu para 8,1% enquanto na União Europeia subiu para 7,2%.

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 7,6% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):

Taxa de crescimento do PIB (%)



Comparando com os países da UE, Portugal regista a 5ª maior contração do PIB. Em Espanha, de acordo com as previsões da OCDE, o PIB registou uma taxa de 11,6% negativos no ano de 2020, tendo previsto uma taxa de 5% positivos para 2021.

Saliente-se que Portugal terá de enfrentar a saída, consumada no final de 2020, do Reino Unido, via "Brexit", que também terá um impacto profundo na União Europeia, principalmente em 2021. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderão descer 15%, no cenário mais otimista.

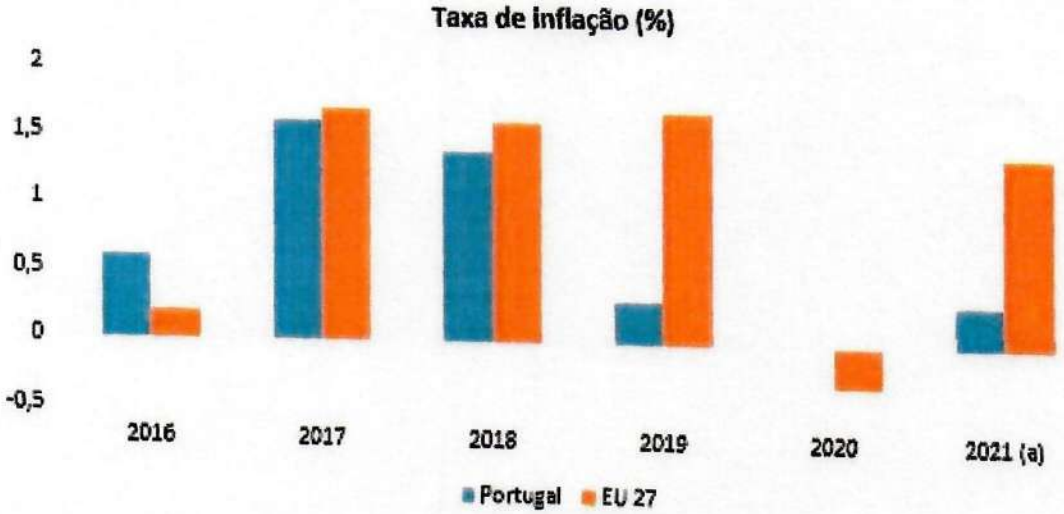
Contudo, com o "Brexit" o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no "pós-Brexit".

Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

A inflação, segundo o INE, apresenta uma variação nula em 2020, com previsões de 0,3% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões

As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores.

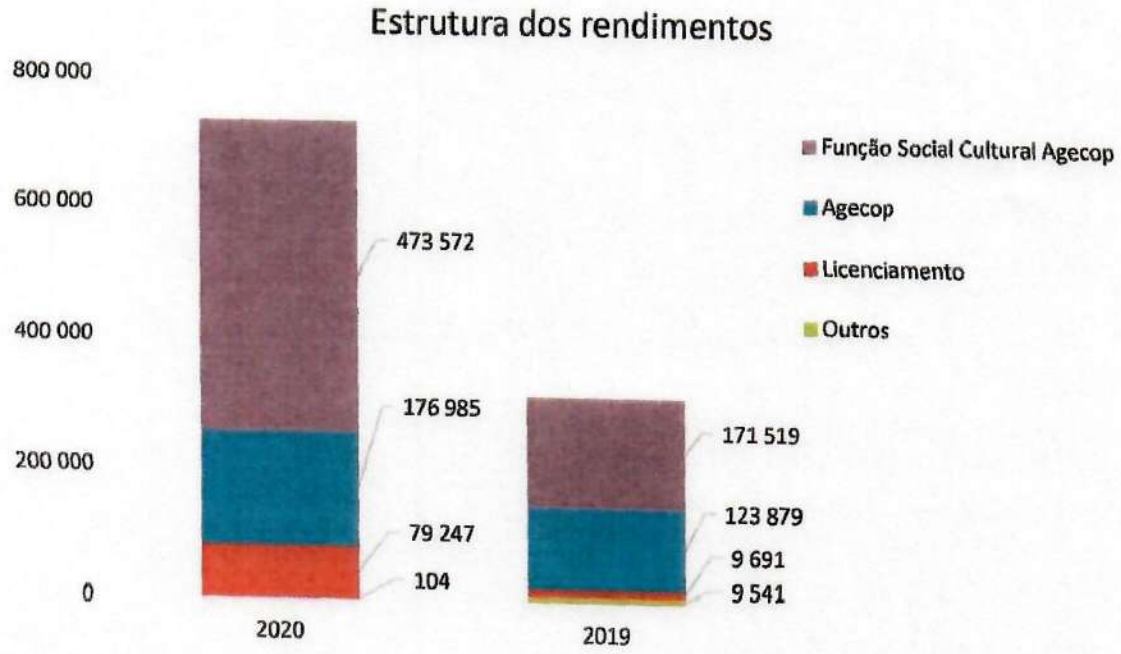
O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

Conselho de Administração

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

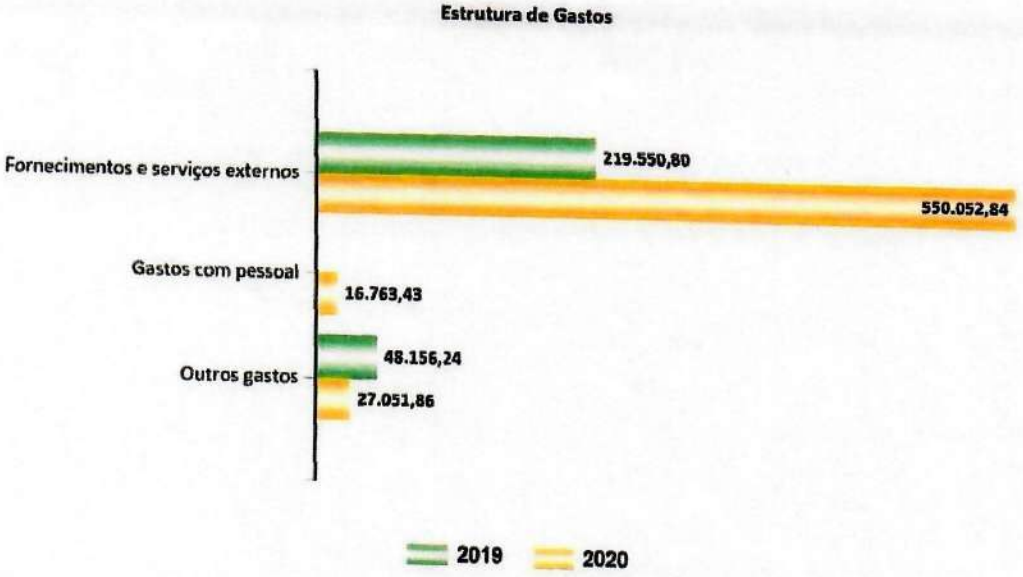
No período de 2020 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela cooperativa.

A estrutura dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:



Em 2020, o aumento dos rendimentos da cooperativa foi potenciado pelo crescimento do licenciamento, mas também pela manutenção de desempenho positivo da cópia privada e pela utilização do fundo social e cultural.
Conforme se verifica no gráfico acima, em 2020 a VISAPRESS viu crescer significativamente todas as suas rubricas de receitas o que espelha de forma inequívoca o esforço e empenho colocado na atividade neste exercício.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da VISAPRESS:



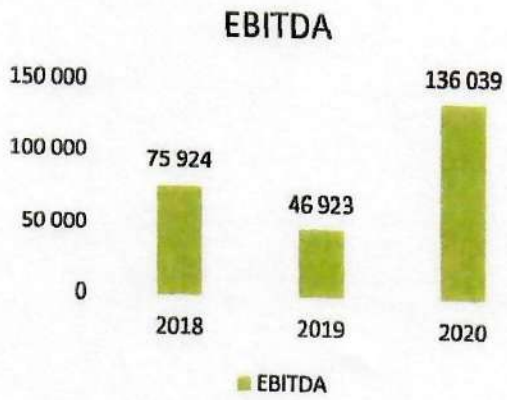
Importa referir, que o aumento dos gastos dos fornecimentos e serviços externos se deveu à utilização do fundo cultural da AGECOP, cujo valor em fornecimentos e serviços de terceiros foi em 2020 de 473 573€, em 2019 foi de 171 519€.

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a VISAPRESS apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de

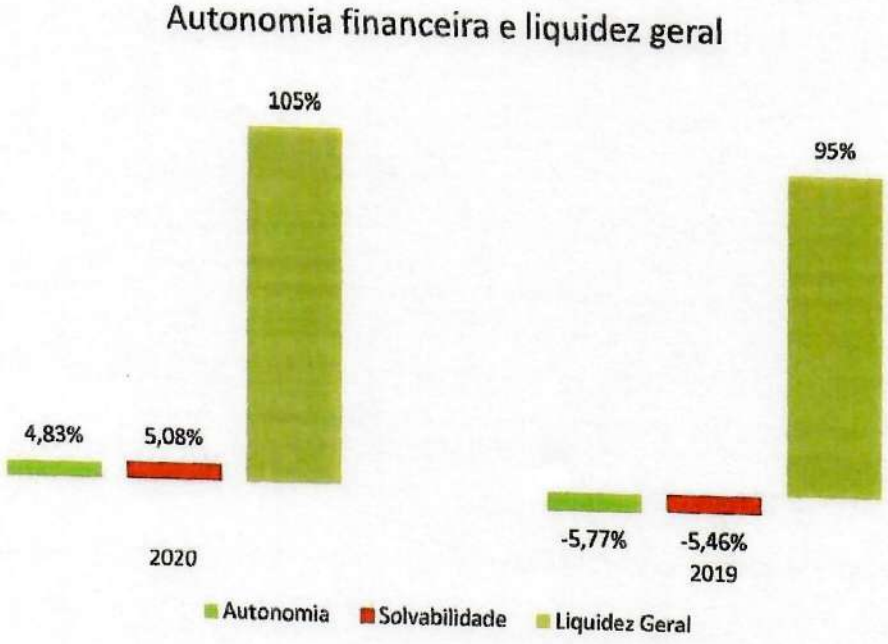
Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da VISAPRESS apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e liquidez geral:



Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da VISAPRESS através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	80,47	0 %	0,00	0 %
Ativo corrente	1.640.549,59	100 %	1.241.287,29	100 %
Total ativo	**1.640.630,06**		**1.241.287,29**	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	79.293,99	5 %	(71.662,26)	-6 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	1.561.336,07	95 %	1.312.949,55	106 %
Total Capital Próprio e Passivo	**1.640.630,06**		**1.241.287,29**	

3.1 - Investigação & Desenvolvimento

A Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL não despendeu qualquer gasto nesta rubrica.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A cooperativa apresenta um nível imaterial de exposição ao risco de taxa de câmbio, e não se encontra exposta a outros riscos relevantes.

O risco de crédito da VISAPRESS resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade.
A cooperativa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco.

A cooperativa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a VISAPRESS mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

O surto pandémico provocado pela Covid-19, veio acrescentar dificuldades em perspetivar a evolução futura de curto prazo da economia. O primeiro trimestre de 2021 continuou marcado pelas restrições impostas, com a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e a restrições da atividade económica, não sendo possível neste momento quantificar o impacto desta restrição no desenrolar da atividade da VISAPRESS. Todavia, por conta da necessidade de aquisição de equipamentos informáticos,

Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

acreditamos que não existirão quebras significativas nas verbas provenientes da cópia privada, ainda que exista um diferendo entre a VISAPRESS e a Sociedade Portuguesa de Autores, que se consubstancia numa ação legal de disputa das verbas recebidas pela AGECOP em 2020, na parte respeitante aos autores dos editores da cópia gráfica e reprográfica.

No licenciamento, existe uma expectativa de aumento de receitas, impulsionadas pelas medidas encetadas em 2020 que se materializam no reforço do licenciamento secundário.

A Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL. irá manter a atividade desenvolvida em 2020.

7 - Considerações Finais

A Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

A VISAPRESS não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela VISAPRESS.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também

não existem dívidas em mora perante a segurança social.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 136.229,29 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2020
Resultados Transitados	136.229,29

9 - Agradecimentos

A cooperativa não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente às entidades licenciadas, aos seus fornecedores e aos seus cooperadores.

Lisboa, 8 de abril de 2021

O Conselho de Administração

Conselho de Administração

Balanço

Balanço em 31-12-2020
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Outros investimentos financeiros		80,47	
		80,47	
Ativo corrente			
Clientes	7	30.119,18	24.718,48
Outros créditos a receber	7	12,00	
Diferimentos		293,74	
Caixa e depósitos bancários	4	1.610.124,67	1.216.568,81
		1.640.549,59	**1.241.287,29**
Total do ativo		**1.640.630,06**	**1.241.287,29**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	7	60.000,00	60.000,00
Resultados transitados	7	(116.935,30)	(178.853,16)
Resultado liquido do periodo		136.229,29	47.190,90
Total do capital próprio		**79.293,99**	**(71.662,26)**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	7	61.500,04	37.255,08
Estado e outros entes públicos	6	1.229,00	475,00
Outras dívidas a pagar	7	1.498.607,03	1.275.219,47
		1.561.336,07	**1.312.949,55**
Total do passivo		**1.561.336,07**	**1.312.949,55**
Total do capital próprio e do passivo		**1.640.630,06**	**1.241.287,29**

Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

O contabilista certificado

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por natureza do período
findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fornecimentos e serviços externos	9	(550.052,84)	(219.550,80)
Gastos com o pessoal	8	(16.763,43)	
Outros rendimentos	5	729.907,15	314.630,03
Outros gastos	9	(27.051,86)	(48.156,24)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**136.039,02**	**46.922,99**
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**136.039,02**	**46.922,99**
Juros e rendimentos similares obtidos	5	190,27	267,91
Resultado antes de impostos		**136.229,29**	**47.190,90**
Resultado líquido do período		**136.229,29**	**47.190,90**

Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

O contabilista certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes:		
Departamento de cópia gráfica e reprográfica (AGECOP)	1.091.971,45	1.433.962,98
Licenciamento	582.962,80	47.047,27
Pagamentos de direitos:		
Departamento de cópia gráfica e reprográfica (AGECOP)	-811.967,08	-727.543,58
Licenciamento	-206.752,71	-34.118,51
Fundo Cultural (AGECOP):		
Disponibilização	296.066,56	350.450,21
Utilização	-465.571,82	-174.257,60
Pagamentos de quotas AGECOP	-12.816,04	-42.836,06
Pagamentos a fornecedores	-60.004,80	-45.293,20
Pagamentos ao pessoal	-16.546,43	0,00
Caixa gerada pelas operações	**397.341,93**	**807.411,51**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-3.705,60	-174.049,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**393.636,33**	**633.362,07**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-80,47	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**-80,47**	**0,00**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	393.555,86	633.362,07
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.216.568,81	583.206,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.610.124,67	1.216.568,81

Conselho de Administração

O contabilista certificado

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do periodo findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Periodo	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	60.000,00						(178.853,16)			47.190,90	(71.662,26)		(71.662,26)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								47.190,90			(47.190,90)			
	7							47.190,90			(47.190,90)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										136.229,29	136.229,29		136.229,29
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										136.229,29	136.229,29		136.229,29
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Outras operações								14.726,96				14.726,96		14.726,96
	10							14.726,96				14.726,96		14.726,96
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	60.000,00						(116.935,30)			136.229,29	79.293,99		79.293,99

O Conselho de Administração

O contabilista certificado

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2019
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	**1**	**60.000,00**						**(364.388,53)**			**75.923,99**	**(228.464,54)**		**(228.464,54)**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											(75.923,99)	(75.923,99)		(75.923,99)
	2										**(75.923,99)**	**(75.923,99)**		**(75.923,99)**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3**										**47.190,90**	**47.190,90**		**47.190,90**
RESULTADO INTEGRAL	**4=2+3**										**(28.733,09)**	**(28.733,09)**		**(28.733,09)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições								75.923,99				75.923,99		75.923,99
Outras operações								109.611,38				109.611,38		109.611,38
	5							**185.535,37**				**185.535,37**		**185.535,37**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	**6=1+2+3+5**	**60.000,00**						**(178.853,16)**			**47.190,90**	**(71.662,26)**		**(71.662,26)**

O Conselho de Administração

O contabilista certificado

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

Demonstração da prestação de contas do fundo cultural do período findo 31-12-2020 (montantes em euros)

RUBRICAS		PERÍODO 2020	2019
Saldos iniciais de fundo cultural:			
Departamento de cópia gráfica e reprográfica (AGECOP)		342.658,23	163.726,72
Licenciamento		10.245,31	7.822,41
	Totais	**352.903,54**	**171.549,13**
Disponibilização/afetação de fundo cultural:			
Departamento de cópia gráfica e reprográfica (AGECOP)		296.066,56	350.450,21
Licenciamento		13.567,54	2.422,90
	Totais	**309.634,10**	**352.873,11**
Utilização/execução de fundo cultural:			
Departamento de cópia gráfica e reprográfica (AGECOP)		465.571,82	171.518,70
Licenciamento		8.000,00	0,00
	Totais	**473.571,82**	**171.518,70**
Valores não utilizados/executados:			
Departamento de cópia gráfica e reprográfica (AGECOP)		173.152,97	342.658,23
Licenciamento		15.812,85	10.245,31
	Total	**188.965,82**	**352.903,54**

Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

Anexo

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL

Sede social: Rua Joaquim António Aguiar, nº43, 2º Esquerdo, Lisboa.

Natureza da atividade: Licenciamento e gestão integrada dos direitos patrimoniais de autor e dos direitos conexos, prestações e outros bens protegidos que lhe sejam confiados, e ainda a prossecução de atividades de natureza social, cultural e de investigação tanto científica como operacional que beneficiem coletivamento os seus cooperadores ou beneficiários, podendo para tanto criar fundos próprios e autónomos.

A cooperativa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509105297.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Cooperativa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2020.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)
A Cooperativa reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Cooperativa não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da cooperativa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.
As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A cooperativa optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, com excepção dos principais edifícios, equipamentos básicos, equipamentos de transporte e equipamentos administrativos, que são apresentados ao justo valor.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Cooperativa considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento administrativo	3-5 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Cooperativa não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

A cooperativa encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.
Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro.
A cooperativa apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.
O risco de crédito na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a cooperativa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco. Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.
A cooperativa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a cooperativa mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.
As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela cooperativa, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela cooperativa e a sua divulgação.
Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.
Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela cooperativa o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O conselho de administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da cooperativa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

O Contabilista Certificado

4 - Fluxos de caixa

4.1. Comentário do conselho de administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	716.568,81	3.647.580,20	2.754.024,34	1.610.124,67
Outros depósitos bancários	500.000,00	500.000,00	1.000.000,00	
Total	1.216.568,81	4.147.580,20	3.754.024,34	1.610.124,67

5 - Rédito

5.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

5.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros	190,27	267,91
Outros réditos	729.907,15	314.630,03
Total	730.097,42	314.897,94

Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

6 - Impostos e contribuições

6.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

A cooperativa por ser uma entidade de gestão coletiva, está isenta de IRC conforme a lei estatui e o princípio da utilidade pública determina.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	**136.229,29**	**47.190,90**
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

6.2. Divulgações relacionadas com outros impostos econtribuições

A rúbrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenções efetuadas por terceiros				
Retenção de impostos sobre rendimentos		1.000,00		475,00
Contribuições para a Segurança Social		229,00		
Total		**1.329,00**		**475,00**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Cooperativa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Cooperativa entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Cooperativa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Conselho de Administração

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

7 – Instrumentos financeiros

7.1. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Os instrumentos financeiros detidos pela Cooperativa encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:			**30.131,18**		
Clientes			30.119,18		
Outras contas a receber			12,00		
Passivos financeiros:			**1.360.107,07**		
Fornecedores			61.500,04		
Acionistas/Sócios			311.223,21		
Outras contas a pagar			1.187.383,82		
Ganhos e perdas líquidos:			**190,26**		
De passivos financeiros			190,26		

7.2. Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidose a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	60.000,00			60.000,00
Resultados transitados	(178.853,16)		61.917,86	(116.935,30)
Total	(118.853,16)		61.917,86	(56.935,30)

8 – Benefícios dos empregados

8.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2020 o número de colaboradores era de 1.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	16.763,43	0,00
Remunerações do pessoal	14.804,85	
Encargos sobre as remunerações	1.829,15	
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	92,64	
Outros gastos com o pessoal	36,79	

Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

VISAPRESS©
Licenciamos os Direitos de Autor da Imprensa

9 – Outras informações

9.1. Fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	0,00	36.523,01
Serviços especializados	**538.221,15**	**167.957,74**
Trabalhos especializados	427.107,13	5.643,38
Publicidade e propaganda	7.995,00	113.837,34
Honorários	102.972,23	48.462,02
Conservação e reparação	0,00	15,00
Outros	146,79	0,00
Materiais	**1.547,66**	**590,31**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	132,40	297,99
Material de escritório	1.415,26	292,32
Energia e fluidos	**1.075,89**	**1.019,62**
Eletricidade	236,60	405,60
Combustíveis	839,29	614,02
Deslocações, estadas e transportes	**1.080,01**	**7.144,45**
Deslocações e estadas	969,31	7.078,77
Transportes de mercadorias	110,70	65,68
Serviços diversos	**8.128,13**	**6.315,67**
Rendas e alugueres	4.157,00	3.225,00
Comunicação	2.757,53	1.881,67
Seguros	590,25	0,00
Contencioso e notariado	80,00	310,00
Despesas de representação	144,35	0,00
Limpeza, higiene e conforto	399,00	699,00
Outros serviços	0,00	200,00
Total	**550.052,84**	**219.550,80**

Conselho de Administração

VISAPRESS Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Rua Dr. João Couto, Lote C
1500-236 Lisboa | Portugal
T +351 213 579 025 | F +351 213 142 191
Geral@visapress.pt | www.visapress.pt
NIF: 509 105 297

O Contabilista Certificado

9.1 Outros Gastos

RUBRICAS	PERIODOS	
	2020	2019
Outros gastos	**27.051,86**	**48.156,24**
Impostos	1.041,18	
Correções de exercícios anteriores	10.051,91	42.889,23
Quotizações	15.958,76	3.489,05
Outros		1.699,96
Outros gastos de financiamentos	0,01	78,00

9.3 Proposta de aplicação de resultados

A Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 136.229,29 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

ResultadosTransitados 136.229,29 euros

10 - Acontecimentos após a data de balanço

10.1 Autorização para emissão:

10.1.1 Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou; A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

10.1.2 Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data. Os acionistas da cooperativa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

10.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data dobalanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.640.630 euros e um total de capital próprio de 79.294 euros, incluindo um resultado líquido de 136.229 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração da prestação de contas do fundo cultural relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda. - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na OROC com o nº 181 e na CMVM com o nº 20161483
Cap. Soc. 200.000€ - Pessoa coletiva e matriculada na CRCL nº 506410831

Edifício Lisboa Oriente • Av. Inf. D. Henrique, 333 H
Escritórios 21 e 25 • 1800-282 Lisboa
Tel. +351 213 590 751/4 • email: geral@tcasroc.com • www.tcasroc.com

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda. - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na OROC com o nº 181 e na CMVM com o nº 20161483
Cap. Soc. 200 000€ - Pessoa coletiva e matriculada na CRCL nº 506410831

Edifício Lisboa Oriente • Av. Inf. D. Henrique, 333 H
Escritórios 21 e 25 • 1800-282 Lisboa
Tel. +351 213 590 761/4 • email: geral@tcasroc.com • www.tcasroc.com

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão e atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão e o relatório de atividades foram preparados de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação neles constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório anual sobre a transparência

Em nossa opinião, o relatório anual sobre a transparência foi preparado de acordo com a lei aplicável (artigos 26º e 26º-A da Lei nº 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei nº 100/2017, de 23 de agosto) e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 9 de abril de 2021

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves ROC n.º 1085

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Membros Cooperadores da
VISAPRESS – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL
Lisboa

Em cumprimento da alínea a) do nº 1 do artigo 35º dos Estatutos da VISAPRESS – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL (VISAPRESS ou Cooperativa) temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da VISAPRESS através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pelo Conselho de Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal, no âmbito da apreciação do relatório e contas, do relatório de atividades e do relatório anual sobre a transparência referentes ao exercício de 2020 apresentados pelo Conselho de Administração, vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão e relatário de atividades elaborados pelo Conselho de Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Cooperativa.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Tocha, Chaves & Associados decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O relatório de destão, o relatório de atividades e o relatório anual sobre a transparência apresentados pelo Conselho de Administração devem ser aprovados.
2. As Contas apresentadas pelo Conselho de Administração devem ser aprovadas.
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 15 de abril de 2021

O CONSELHO FISCAL

Paulo Alexandre Ribeiro da Silva,
em representação da Associação de Imprensa Cristã – Presidente

Natalino João Batista de Vasconcelos
em representação de Descobrirpress

Manuel Lázaro Oliveira Brito
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda

CARTA DE RECOMENDAÇÕES

Exmos. Membros Cooperadores,
Exmo. Conselho de Administração,
Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL

9 de abril de 2021

Exmos. Senhores,

A presente carta tem por finalidade levar ao conhecimento de V. Exas. alguns comentários e recomendações sobre os sistemas de controlo interno e contabilístico que identificámos no decurso da nossa revisão legal das contas às demonstrações financeiras da Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL. relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2020.

Salientamos que os comentários e recomendações incluídos nesta carta não modificam a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras atrás referidas, expressa na nossa Certificação Legal das Contas datada de 9 de abril de 2021. Os nossos comentários e recomendações visam a melhoria contínua dos sistemas de supervisão, processamento e controlo da informação financeira, e basearam-se na análise que efetuámos, com um âmbito limitado, sobre esses sistemas, tal como descrito na nossa carta de compromisso datada de 4 de janeiro de 2021, e consideram que é da responsabilidade do órgão de gestão o desenho e a manutenção desses sistemas, bem como a implementação de melhorias nos mesmos.

Desta forma, os nossos comentários e recomendações são os seguintes:

1. **O saldo de outras dívidas a pagar apresenta o seguinte detalhe (valores em euros):**

Designação	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações de direitos	1.183.246	1.274.618
Cooperantes	311.223	-
Credores por acréscimos de gastos	2.475	-
Outros	1.663	601
Total	1.498.607	1.275.219

O saldo de remunerações de direitos apresenta o seguinte detalhe (valores em euros):

Designação	31/12/2020	31/12/2019
AGECOP - Compensação Equitativa	915.845	1.197.977
Licenciamento	267.401	76.641
Total	1.183.246	1.274.618

O primeiro saldo inclui 173.153 euros de quantia disponibilizada pelo Fundo Cultural por executar. No exercício corrente foi utilizado o montante de 465.572 euros.

De salientar a alteração da política de reconhecimento da comissão de gestão cobrada à AGECOP, referente à compensação equitativa do exercício corrente, que apenas era contabilizada no ano seguinte, após aprovação em assembleia geral. Com esta alteração, foram reconhecidas no exercício corrente a título excecional, a comissão de gestão relativa ao exercício de 2019 e a estimativa para 2020, nos montantes de 80.477 euros e 96.508 euros, respetivamente.

A referida alteração contribuiu para o aumento do resultado líquido do exercício face ao ano anterior, no montante aproximado de 90 mil euros.

2. O relatório de gestão, relatório de atividades e o relatório anual sobre a transparência, os quais satisfazem os requisitos legais e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do período.

   O relatório anual sobre a transparência preparado de acordo com a lei aplicável (artigos 26º e 26º-A da Lei nº 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei nº 100/2017, de 23 de agosto), sendo que a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Dada a natureza dos assuntos mencionados nesta carta, a mesma destina-se unicamente ao uso por parte do órgão de gestão, não devendo ser utilizada para outro fim. A divulgação da presente carta a terceiros carecerá sempre de uma aprovação prévia da nossa parte.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos com elevada consideração.

De V. Exas.
Atentamente,

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085